



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

Apresentação: 30/10/2025 16:29:45.803 - CFT
PRL 1 CFT => PLP 109/2025

PRL n.1

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 109 DE 2025

Dispõe sobre o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) às informações fiscais dos agentes regulados para fins de fiscalização e regulação do setor, nos termos do art. 145, § 1º, da Constituição Federal.

Autor: Deputado ALCEU MOREIRA

Relator: Deputado KIM KATAGUIRI

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2025, de autoria do Deputado Alceu Moreira e outros, autoriza a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a obter, junto aos órgãos fazendários competentes, acesso a informações fiscais eletrônicas relativas à produção, comercialização, movimentação e estocagem de combustíveis, para fins de fiscalização e regulação econômica do setor.

O texto visa aprimorar o controle sobre as operações de agentes econômicos atuantes nas cadeias de produção e distribuição de derivados de petróleo, gás natural, biocombustíveis e combustíveis sintéticos, buscando prevenir práticas ilícitas como sonegação, adulteração e evasão tributária, as quais geram prejuízos à arrecadação pública e distorcem a concorrência leal.



* C D 2 5 9 3 9 4 0 2 5 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

Apresentação: 30/10/2025 16:29:45.803 - CFT
PRL 1 CFT => PLP 109/2025

PRL n.1

As proposições foram despachadas às Comissões de Minas e Energia – CME; Finanças e Tributação – CFT (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC (Mérito e Art. 54, RICD), em regime de tramitação de prioridade.

Na Comissão de Minas e Energia, o Projeto de Lei foi aprovado na forma de Substitutivo, vindo a esta comissão de Finanças e Tributação para manifestação quanto ao mérito, à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, nos termos regimentais.

O Projeto de lei tem tramitação sujeita à apreciação do Plenário, não possui apensados e não foram apresentadas emendas.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a Norma Interna prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da Norma Interna da CFT define como compatível “a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor” e como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744
dep.kimkatgui@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259394025100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Katagui



* C D 2 5 9 3 9 4 0 2 5 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

Apresentação: 30/10/2025 16:29:45.803 - CFT
PRL 1 CFT => PLP 109/2025

PRL n.1

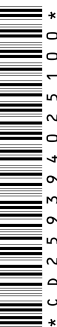
Da análise do projeto, observa-se que este contempla matéria de caráter essencialmente normativo, não acarretando repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa da União. Nesses casos, torna-se aplicável o art. 32, X, “h”, do Regimento Interno desta Casa, que dispõe que somente as proposições que importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária.

Em adição, o art. 1º, § 2º, da Norma Interna prescreve que se sujeitam obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da União ou repercutam de qualquer modo sobre os respectivos Orçamentos, sua forma ou seu conteúdo. No entanto, quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira, o art. 9º da Norma Interna da CFT determina que se deve concluir no voto final que à comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não.

Cumprе ressaltar que a presente proposição possui importante dimensão de política pública voltada ao enfrentamento da criminalidade, em suas vertentes econômica e fiscal, cujas ramificações se estendem ao crime organizado, à corrupção e à lavagem de dinheiro. O setor de combustíveis é historicamente uma fonte de fraudes tributárias estruturadas, com impacto direto sobre a arrecadação da União e dos entes federados.

Nesse contexto, o compartilhamento seguro de informações fiscais com a ANP constitui instrumento estratégico de prevenção e repressão a crimes econômicos de alta complexidade, permitindo a identificação de operações suspeitas, o rastreamento de cadeias de abastecimento fraudulentas e a cooperação institucional entre órgãos de controle e persecução penal. A medida, portanto, reforça o aparato estatal de combate à criminalidade organizada sem criar novas estruturas ou gerar custos adicionais ao erário.

No tocante ao **aspecto orçamentário-financeiro**, verifica-se que tanto a proposição principal quanto o Substitutivo aprovado na CME não criam cargos, não instituem



* C D 2 5 9 3 9 4 0 2 5 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

Apresentação: 30/10/2025 16:29:45.803 - CFT
PRL 1 CFT => PLP 109/2025

PRL n.1

novas despesas obrigatórias nem reduzem receitas tributárias, limitando-se a estabelecer mecanismos de integração e cooperação interinstitucional. Assim, não há implicação orçamentária ou financeira direta, razão pela qual se conclui pela compatibilidade e adequação da proposição principal e do Substitutivo adotado pela CME com as normas fiscais e orçamentárias aplicáveis.

Quanto ao **mérito**, a proposta se revela tecnicamente oportuna e juridicamente equilibrada, ao conjugar o fortalecimento do combate à criminalidade econômica e à sonegação fiscal com o respeito ao sigilo fiscal e comercial dos agentes econômicos, conforme o art. 145, §1º, da Constituição Federal e a Lei Complementar nº 105, de 2001.

O substitutivo aprovado na CME aprimora o texto original ao delimitar o escopo de acesso da ANP apenas às informações indispensáveis à regulação e fiscalização, evitando sobreposição de competências e riscos de exposição indevida de dados estratégicos. O resultado é um texto mais sólido juridicamente e mais eficaz no enfrentamento de fraudes e esquemas ilícitos ligados ao setor de combustíveis, preservando ao mesmo tempo o ambiente de concorrência e a segurança jurídica das empresas.

Dessa forma, entende-se que o substitutivo constitui um avanço relevante na prevenção e repressão a crimes econômicos, fiscais e de natureza organizada, sem impacto negativo nas contas públicas.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, votamos pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição de despesa ou receita públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Projeto de Lei Complementar nº 109,



* C D 2 5 9 3 9 4 0 2 5 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

de 2025, e do Substitutivo aprovado na Comissão de Minas e Energia – CME; e, no mérito, pela **APROVAÇÃO** da proposição **na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de Minas e Energia – CME**, e pela rejeição do Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2025.

Sala das sessões, de de 2025.

Kim Kataguiiri

UNIÃO – SP

Apresentação: 30/10/2025 16:29:45.803 - CFT
PRL 1 CFT => PLP 109/2025

PRL n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259394025100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguiiri

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744
dep.kimkatguiiri@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF



* C D 2 5 9 3 9 4 0 2 5 1 0 0 *